

• Finanças

POLÍTICA MONETÁRIA

Processo de flexibilização das restrições ao crédito vai prosseguir, diz Malan

por Sandra Nascimento
do Rio

O processo de flexibilização das restrições ao crédito deverá prosseguir, garantiu o ministro da Fazenda Pedro Malan na última sexta-feira, no Rio de Janeiro. Mas acrescentou que nenhuma medida será anunciada previamente. "Estamos convencidos de que o plano não é recessivo e vamos continuar tirando o pé do freio", disse Malan.

Segundo Malan, a luta contra a inflação ainda não está terminada, o que ainda restringe uma maior concentração de esforços voltados para o investimento em desenvolvimento e crescimento.

Para ele, há necessidade de medidas urgentes, como o ajuste fiscal, "que tem que ser feito em 1995", e um rápido encaminhamento dos projetos de privatização. Entre eles o do setor de infra-estrutura é um forte candidato à participação do setor privado. "Não há como resolver os sérios problemas nesse setor só com os recursos públicos", afirmou o ministro.

O ministro da Fazenda fez questão de afirmar que, embora considerando a Reforma da Constituição de maior importância, "o governo vai continuar governando com ou sem revisão", acrescentando que o custo para as mudanças serão maiores sem a reforma.

EFEITO TEQUILA

O ministro da Fazenda voltou a afirmar que existem diferenças entre o México e o Brasil que garantem ao segundo responder satisfatoriamente ao risco de uma crise em cascata. Como exemplo citou a recuperação das bolsas que, na última sexta-feira, fecharam em alta. Ele afirmou que "nunca houve" no governo a intenção de ter como base de sustentação do plano o



Pedro Malan

déficit negativo - que no México chega a US\$ 30 bilhões, cerca de 10% do PIB. "O que não achamos correto é trabalhar com um superávit de US\$ 13 bilhões, ele pode ser menor. Isso significa exportação de capital", disse. Mas Malan reconheceu que o "auxílio" americano de US\$ 40 bilhões diminuirá o risco de propagação da crise para os demais países da América Latina.

INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Para o ministro, a Constituição deveria determinar apenas que o BC tem como responsabilidade primeira assegurar o poder de compra da moeda. Também defende um mandato fixo para o presidente da instituição, o que lhe daria maior estabilidade e credibilidade nas decisões.

MESA DE CâMBIO

O ministro da Fazenda afirmou durante a posse do novo presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec), Álvaro Bandeira, que a mesa de câmbio do Banco Central, hoje localizada em Brasília e a open-market no Rio deverão se fundir na capital carioca. Ainda não há um prazo definido para a modificação ser implantada, mas a mudança faz parte da idéia - simpática ao ministro - de trazer o Banco Central novamente de volta ao Rio.